



**ATA DE DEFESA DO SEXAGÉSIMO SEGUNDO TRABALHO FINAL - CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL**

Aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dez, realizou-se, na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, a apresentação do trabalho final de conclusão da quarta edição do curso LASEB – Pós-graduação Lato Sensu em Docência na Educação Básica – com o título “A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL”, da aluna **ANDREA TEREZA XAVIER NASCIMENTO**. A banca examinadora foi composta pelos seguintes professores: Iza Rodrigues da Luz (Orientadora) e Isabel de Oliveira e Silva. Os trabalhos iniciaram-se às 8 horas, atendendo a uma escala de apresentações definida pelo(a) orientador(a). Após a apresentação oral da pesquisa, a banca examinadora fez uma arguição

à candidata. A banca se reuniu, em seguida, sem a presença da candidata e do público, para fazer a avaliação final. Em conclusão, a banca examinadora considerou o trabalho APROVADO, atribuindo-lhe a nota 100, conceito A. O resultado final do trabalho foi comunicado à aluna, que deverá encaminhar à Secretaria do curso a versão final em meio digital (CD), de acordo com as orientações da secretaria do colegiado de curso. Nada mais havendo a tratar, eu, Ana Maria de Castro Rocha, secretária do colegiado do curso, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será por mim assinada e pelos demais membros presentes. Belo Horizonte 11 de dezembro de 2010.

Aluna Andrea Tereza X. Nascimento n° de matrícula 2009746630

Professora Iza Rodrigues da Luz Orientadora

Professora Isabel de Oliveira e Silva Convidada/avaliadora

Ana Maria de Castro Rocha  
Ana Maria de Castro Rocha  
Secretária do Colegiado de Curso Lato Sensu  
em Docência na Educação Básica



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Pró-Reitoria de Pós-Graduação

Biblioteca Digital de Teses e Dissertações



Identificação do material bibliográfico impresso ou eletrônico

Tese  Dissertação  Monografia

1. Identificação do documento/autor(a)

Autor(a): Andréa Tejeza Xavier Nascimento

Matrícula: 112009746630 RG: MG 12155575 CPF: 07237364642

Título: A inclusão na educação Infantil

Programa de Pós-Graduação: \_\_\_\_\_

Orientador(a): IZA RODRIGUES DA LUZ CPF: 797.282.351-00

Co-Orientador(a): \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Número de páginas: 48 Data de defesa: 07/11/10 Data de entrega do arquivo à secretaria: 11/12/10

2. Informações de acesso ao documento:

Este trabalho é confidencial?  sim  não

Ocasionará registro de patente?  sim  não

Pode ser liberado para acesso público?  total  parcial  não

Em caso de publicação parcial, assinale as permissões:

Capítulos. Especifique: \_\_\_\_\_

Outras restrições: \_\_\_\_\_

Termo de Autorização para Disponibilização na Biblioteca Digital da UFMG

Na qualidade de titular dos direitos de autor(a) da publicação supracitada, de acordo com a Lei nº 9610/98, autorizo à Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG a disponibilizar gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, conforme permissões assinadas acima, do documento, em meio impresso ou eletrônico, na Rede Mundial de Computadores, no formato especificado<sup>2</sup>, para fins de leitura, impressão e/ou download pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada pela Universidade, a partir desta data.

Andréa Tejeza Xavier Nascimento  
Assinatura do(a) autor(a)

11/12/10  
Data

Tramitação na UFMG

1. Ciente do orientador

Iza Rodrigues da Luz  
Nome legível

Iza  
Assinatura

11/12/2010  
Data

2. Secretária do Programa de Pós-Graduação

recebido em \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_ responsável \_\_\_\_\_

liberado em \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_ responsável \_\_\_\_\_

3. Biblioteca Universitária

liberado em \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_ responsável \_\_\_\_\_

<sup>1</sup> Em caso de restrição, esta poderá ser mantida por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Todo resumo estará disponível para reprodução, conforme legislação vigente na UFMG.

<sup>2</sup> Texto (PDF); Imagem (JPG ou GIF); Som (WAV, MPEG, AIFF, SND); Vídeo (MPEG, AVI, QT); Outros (específico da área).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFMG  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU EM DOCÊNCIA NA  
EDUCAÇÃO BÁSICA

**Andréa Tereza Xavier Nascimento**

**A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

**BELO HORIZONTE – MINAS GERAIS**

**2010**

**Andréa Tereza Xavier Nascimento**

**A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Educação Infantil, pelo Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Docência na Educação Básica, da Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientadora: Iza Rodrigues Luz

**BELO HORIZONTE**

**2010**

N244i  
T

Nascimento, Andréa Tereza Xavier.

A inclusão na educação infantil / Andréa Tereza Xavier  
Nascimento. - UFMG/FaE, 2010.  
43 f., enc.

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização  
apresentado como requisito parcial para a obtenção de título de  
Especialista em Educação Infantil, pelo Curso de Pós-Graduação  
Lato Sensu em Docência na Educação Básica, da Faculdade de  
Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade  
de Educação.

Orientadora : Iza Rodrigues da Luz.

Bibliografia : f. 39-40.

Apêndices : f. 42-43.

Anexos : f. 41.

1. Educação -- Teses. 2. Educação pré-escolar -- Teses. 3.  
Educação inclusiva -- Teses.

I. Título. II. Luz, Iza Rodrigues. III. Universidade Federal de  
Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 372.21

**Catálogo da Fonte : Biblioteca da FaE/UFMG**

**Andréa Tereza Xavier Nascimento**

**A inclusão na Educação Infantil**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção de título de Especialista em Educação Infantil, pelo Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Docência na Educação Básica, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientadora: Iza Rodrigues Luz

Aprovado em 27 de Novembro de 2010

**BANCA EXAMINADORA**

---

Professora Doutora Iza Rodrigues da Luz – Faculdade de Educação da UFMG

---

Professora Doutora Isabel de Oliveira e Silva – Faculdade de Educação da UFMG

## **RESUMO**

Esta monografia teve como objetivo conhecer a opinião de educadoras e pais sobre o processo de inclusão de crianças deficientes na Educação Infantil. Para tanto foi realizado um levantamento teórico sobre o tema da inclusão na Educação Infantil e uma pesquisa empírica que investigou a opinião dos pais e educadoras sobre o processo de inclusão em uma Unidade Municipal de Educação Infantil da cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais. Para a construção das informações foram utilizadas observações de aulas, entrevistas e questionários. Os resultados demonstraram que os profissionais encontram-se desmotivados e sem um plano de ação para ser desenvolvidos com suas crianças deficientes, mas apesar da falta de apoio, de preparo e de estímulos, as educadoras fazem um trabalho que contemple todas as crianças, de forma igual, sem discriminações. Os pais confiam na escola e elogiam o trabalho realizado por todos os profissionais, afirmando que as crianças são tratadas como todas as outras, que elas se sentem felizes e estão se desenvolvendo nos aspectos físico, motor, psíquico e social. O trabalho de pesquisa/intervenção possibilitou as educadoras compreenderem que com carinho, amor, respeito e atenção pode-se proporcionar a todos um bom ambiente de trabalho e às crianças, uma educação de qualidade.

Palavras-chave: Inclusão, Educação Infantil, Educadoras, Pais.

## SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO-----	01
2- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA-----	05
2.1 - Educação Infantil-----	05
2.2 - A história da Inclusão -----	07
2.3 - As leis que regem o processo de inclusão -----	09
2.4 - A inclusão no	10
Brasil-----	
2.5 - A inclusão nas escolas -----	13
2.6 - A inclusão e a Educação Infantil em Belo Horizonte-----	21
3 - METODOLOGIA-----	23
4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO-----	27
4.1 - Percepção das professoras sobre o processo de inclusão-----	27
4.2 - A inclusão no cotidiano da UMEI-----	29
4.3 - Percepção dos pais sobre o processo de inclusão-----	32
4.4 - Possíveis estratégias para aprimorar o trabalho da inclusão na UMEI-	33
5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	36
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS-----	39
ANEXO I - TERMO -----	41
ANEXO A - QUESTIONÁRIO PARA AS EDUCADORAS-----	42
ANEXO B - QUESTIONÁRIO PARA OS PAIS-----	43

## 1-INTRODUÇÃO

A presente monografia trata de um estudo sobre a opinião de pais e professoras sobre o processo de inclusão de crianças deficientes na Educação Infantil.

Atuando na Educação Infantil na rede pública há cinco anos, sendo lotada em uma Unidade Municipal de Educação Infantil - UMEI e trabalhando em extensão de jornada em outras escolas, tive a oportunidade de trabalhar em várias escolas de Educação Infantil, em diferentes regionais. Desta forma, foi-me possível conhecer diversas pessoas e conseqüentemente, diferentes práticas pedagógicas e deparar-me com situações envolvendo a inclusão, não só de deficientes, mas também de crianças pobres, negras, etc.

Mediante a essas vivências, juntei-me ao grupo de professores que criticavam a inclusão, que se achavam despreparados e diziam ser um absurdo colocar uma criança deficiente em uma turma de crianças “normais”, sem um especialista. Tudo isso por falta de informações e dificuldades de aceitar novos desafios.

Esses conceitos começaram a mudar quando, atuando em uma turma de tempo integral, com educandos de um ano, tive a maravilhosa oportunidade de ter um criança com paralisia cerebral leve. Ao longo do tempo, toda a escola apaixonou-se por essa criança, que nos ensinou a ver a inclusão com outros olhos.

No ano seguinte, continuei sendo professora dessa criança e foi surpreendente ver o seu desenvolvimento. Ele começou a andar, falar sílabas, comer e tomar água sozinho, isso sem falar no seu envolvimento com todos os seus coleguinhas e sua participação nas atividades.

Todos na UMEI, direta ou indiretamente, contribuíram para o desenvolvimento dessa criança, estando abertos para o trabalho de inclusão. Mas, infelizmente, isso ocorreu somente com essa criança. As outras crianças que foram chegando, algumas com paralisia cerebral outras com síndromes diferentes, encontraram profissionais resistentes, que designaram essa tarefa aos estagiários, renegando assim o seu papel de educar a todas as crianças.

Os estagiários, por sua vez, não tendo apoio, formação, informações e um acompanhamento por parte dos coordenadores da UMEI, trabalhavam com má vontade, não realizando nenhum projeto e não ajudando as crianças a se desenvolverem. Presenciei estagiários discutindo para ver qual ficaria com crianças cadeirantes e qual ficaria com a criança que apesar da deficiência andava. O motivo era um só: com as crianças que usam cadeiras de rodas, as estagiarias poderiam (e fizeram) ficar sentadas ao lado da criança sem ter trabalho, já com a outra criança, era necessário andar com ela e ajudá-la a fazer todas as atividades da turma. Outro caso que me instigou foi quando, uma estagiaria tendo que cuidar de duas crianças, de turmas diferentes, estava na sala, trabalhando com uma dessas crianças, a outra estava com sua turminha no refeitório, não estando a estagiaria presente para dar comida a essa criança, nenhuma das professoras o fizeram. Desta forma, a criança ficou sem comer até a estagiária ir alimentá-lo.

Após presenciar tanta injustiça, tanto descaso com as crianças deficientes, optei em realizar uma pesquisa, objetivando atingir os profissionais da educação, informando-os e sensibilizando-os em relação ao respeito e a aceitação de todos.

Embora tenha vivenciado essa prática com crianças deficientes, a inclusão é, ainda, um termo desconhecido que assusta muitas pessoas. Deparamo-nos com muitas políticas públicas e leis que garantem o direito à educação a todas as crianças na Educação Básica, mas em contrapartida, temos poucas formações e informações destinadas a pais, familiares, profissionais da educação, enfim, as pessoas que atuam diretamente com crianças com deficiências.

Em nossas Unidades Municipais de Educação Infantil (UMEI's) recebemos inúmeras crianças com algum tipo de deficiência, mas pouco sabemos a respeito da real situação de cada uma, e tampouco, sabemos como realizar um trabalho psicopedagógico diante as especificidades de cada caso de deficiência. Leis, como a LDB 9394/96 e a Constituição Federal, garantem o acesso dos deficientes nas escolas, o que tem sido cumprido pouco a pouco, mas a grande questão é: O que fazer com essas crianças? Como trabalhar com elas? Como oferecer uma educação de qualidade para todas as crianças, deficientes e não deficientes?

O propósito dessa monografia é contribuir na formação de professores que atendem

crianças deficientes e partilhar com os educadores tudo aquilo que possa melhorar nossas atividades e trazer benefícios para o dia-a-dia, tanto para os professores quanto para as crianças. Espero que meu trabalho seja uma fonte de pesquisa para todo educador que tenha uma criança deficiente em sua classe.

Para elaboração dessa monografia foram utilizados dois procedimentos: no primeiro, fez-se necessária uma pesquisa teórica, que foi a revisão bibliográfica sobre o tema apresentado, e o segundo, de natureza empírica, ocorreu sob a forma de aplicação de um pequeno questionário de sondagem, com questões abertas que procurou colher informações/opiniões do corpo docente e pais das crianças. Esta pesquisa foi realizada em uma UMEI de Belo Horizonte com quinze professores, três estagiárias, coordenadora, vice-diretora que trabalhavam no turno da tarde e com os pais de quatro crianças com deficiências

Percebe-se ser de fundamental importância realizar esse trabalho sobre a inclusão na Educação Infantil com o intuito de levar os profissionais da educação a estarem mais abertos a aceitar, a buscar informações e estratégias, saindo do comodismo e tendo consciência do papel de cada um, unindo-se em prol de uma inclusão plena e de qualidade.

Com base nas afirmativas acima, objetiva-se que na nossa UMEI, na nossa sociedade e na família de nossas crianças, a inclusão deixe de ser vista como uma integração na qual a criança somente frequenta a escola, mas não é estimulada a interagir com o outro, nem são realizados trabalhos que visem o seu desenvolvimento.

Este projeto poderá contribuir, também, para outras UMEI's, sendo ele importante para a Educação Infantil, uma vez que o assunto em questão está sendo vivenciado neste momento em todas as escolas da rede Municipal e, é claro, em todo o mundo, exigindo assim um novo olhar e mudanças para que a Inclusão, de fato, se realize.

Através deste trabalho, poderá haver melhorias em relação ao corpo docente, que se sentirá mais preparado, seguro e motivado, realizando um trabalho prazeroso, que leve as crianças a se desenvolverem, tornando assim, mais seguras, autônomas, a se socializarem, aumentar a auto-estima e ao desenvolvimento cognitivo e motor.

A monografia está dividida em cinco seções. Na segunda seção do capítulo denominado Fundamentação teórica será feita uma reflexão sobre o processo de inclusão vista de um contexto histórico social. Na segunda subseção veremos um pouco das leis que regem a educação inclusiva. Na terceira subseção será destacada a inclusão no Brasil e na quarta subseção falaremos da inclusão das escolas e por fim, na quinta subseção trataremos a respeito do lugar que tem a inclusão na educação infantil na cidade de Belo Horizonte.

Na terceira seção descreveremos a metodologia, na qual será apresentado o processo de intervenção realizado através de questionários, entrevistas, observações e atividades pedagógicas. Os materiais coletados foram analisados e discutidos na quarta seção, denominada Resultados e discussões.

Na última seção serão relatadas as considerações finais, seguidas pelas referências bibliográficas e apêndice.

O tema da presente pesquisa foi traduzido nos objetivos apresentados a seguir.

### **Objetivo Geral**

Conhecer a opinião das educadoras e pais sobre o processo de inclusão de crianças deficientes em uma Unidade Municipal de Educação Infantil de Belo Horizonte.

### **Objetivos específicos**

- Conhecer a opinião das educadoras sobre o processo de inclusão;
- Conhecer a opinião dos pais sobre o processo de inclusão;
- Identificar os pontos que necessitam ser trabalhados acerca da inclusão.

## **2-FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

**“Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças.”**

**Mantoan**

### **2.1-Educação Infantil**

Discorreremos neste capítulo acerca da Educação Infantil. Esta modalidade da educação tem crescido e ganhado espaço e reconhecimento no âmbito social. Sendo vista por muitos anos com um caráter assistencialista, cuja finalidade era apenas a de “olhar” as crianças enquanto as mulheres trabalhavam, atualmente, de acordo com a LDBE, lei 9394/96, título V, capítulo II, seção II, art. 29 “a Educação Infantil é considerada a primeira etapa da educação básica, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade. (BRASIL,1996)

A luta por um espaço de qualidade e uma educação que atendesse as necessidades e especificidades das crianças pequenas estendeu-se por décadas. Até chegar no âmbito atual, foram anos de lutas, que marcaram a história da educação brasileira. Vejamos um pouco dessa história.

Em 1975, o Ministério da Educação começou a assumir responsabilidades ao criar a Coordenação de Educação Pré-Escolar para atendimento de crianças de 4 a 6 anos. Em 1977, foi criada, no Ministério da Previdência e Assistência Social, a Legião Brasileira de Assistência (LBA), com o objetivo de coordenar o serviço de diversas instituições independentes que historicamente eram responsáveis pelo atendimento às crianças de 0 a 6 anos. Essas instituições eram divididas em: comunitárias, localizadas e mantidas por associações e agremiações de bairros; confessionais, mantidas por instituições religiosas; e filantrópicas, relacionadas a organizações beneficentes. A LBA foi extinta em 1995, mas o Governo Federal continuou a repassar recursos para as creches por meio da assistência social. (HEIDRICH, 2010)

Nesse mesmo período, se intensificou uma separação entre o atendimento nas creches, de 0 a 3 anos, visto como algo destinado às camadas populares, e a pré-escola, segmento voltado para as classes média e alta.

Essa é uma separação que funda a Educação Infantil no país. As creches, totalmente financiadas pela assistência social, eram vistas

como uma alternativa de subsistência para crianças mais pobres e estavam orientadas para cuidados em relação à saúde, higiene e alimentação. Já a pré-escola passou a ser encarada como a porta de entrada das crianças ricas na Educação. ((RIZEC, 2010 )

A tradição assistencialista foi rompida em 1998, com a Constituição, que determinou a “Educação Infantil como dever do Estado brasileiro.” Nela a Educação Infantil passou a ser um direito das crianças à educação, a socialização e a interação com o outro.

Em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reafirmou os direitos constitucionais em relação à Educação Infantil. Em 1994, o MEC publicou o documento Política Nacional de Educação Infantil que estabeleceu metas como a expansão de vagas e políticas de melhoria da qualidade no atendimento às crianças, entre elas a necessidade de qualificação dos profissionais. (HEIDRICH, 2010)

Em 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a Educação Infantil passou a ser a primeira etapa da Educação Básica, integrando-se aos Ensinos Fundamental e Médio.

O artigo 62 da LDB foi pioneiro ao estabelecer a necessidade de formação para o profissional da Educação Infantil. Segundo a lei, a formação do educador desse segmento deve ser “em nível superior, admitindo-se, como formação mínima, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal”. O texto reafirma, também, a responsabilidade constitucional dos municípios na oferta de Educação Infantil, contando com a assistência técnica e financeira da União e dos estados. (HEIDRICH, 2010)

Em 1997, O Ministério da educação (MEC), publicou o Referencial Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), com o objetivo de servir como um guia de reflexão sobre objetivos, conteúdos e orientações didáticas para os profissionais que atuam diretamente com crianças de 0 a 6 anos.

O MEC publicou, em 1998, o documento Subsídios para credenciamento e o funcionamento das instituições de Educação Infantil, o qual destacava a criação de novas instituições de Educação Infantil.

Um ano depois, em 1999, o Conselho Nacional de Educação (CNE) publicou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Esses documentos são, hoje, os principais instrumentos para elaboração e avaliação das propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil do país. (HEIDRICH, 2010)

No que se refere à inclusão de crianças deficientes na escola, a LDB, ao reservar um capítulo exclusivo para a educação especial, reafirma o direito à educação pública e gratuita de crianças portadoras de necessidades especiais, como prediz no capítulo V - Art 58: “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”. (BRASIL, 1996, p.23)

Ainda nos dias de hoje há uma batalha entre sociedade e governantes para que haja um espaço nas escolas para todas as crianças, principalmente as de 0 a 3 anos, sendo essas as que são atendidas em número menor. Há, também, a necessidade de que todas as crianças de 0 a 6 anos, sem exceção, estejam dentro de uma Instituição de Educação Infantil, entendendo que:

As crianças possuem uma natureza singular, que as caracteriza como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio. Nas interações que estabelecem desde cedo com as pessoas que lhe são próximas e com o meio que as circunda, as crianças revelam seu esforço para compreender o mundo em que vivem, as relações contraditórias que presenciam e, por meio das brincadeiras, explicitam as condições de vida a que estão submetidas e seus anseios e desejos. (BRASIL, 1998)

É compreendendo que a escola é um espaço de aprendizado, de interação, de descobertas, de se fazer amizades, de brincar e de se relacionar com o outro, de socialização, de vivências e trocas de experiências, onde professores e crianças aprendem uns com os outros, independentemente da idade da criança, da classe social, da raça, das crenças e se é deficiente ou não, todos acabam se realizando como sujeitos sócio-culturais em nosso meio.

## **2-2- A história da Inclusão**

A Inclusão é uma questão debatida mundialmente. Mas o que vem a ser inclusão, como acontece, a quem ela contempla? No intuito de entender melhor esse assunto e chegar a respostas para essas interrogativas, faremos uma reflexão sobre a questão das pessoas com deficiência, tendo em vista que são esses indivíduos que mais ouvimos falar quando o assunto é inclusão.

Desde o início do mundo as pessoas deficientes são excluídas das sociedades, sendo impossibilitadas de conviverem em comunidades. Há alguns anos a sociedade vem sofrendo transformações em relação às atitudes adotadas para com as pessoas deficientes. Em meados do século XX, ocorrem movimentos que tendem a aceitar as pessoas com deficiência e a integrá-las à sociedade. A partir daí novos conhecimentos foram surgindo, novas visões crescendo e estas pessoas foram sendo vistas como sujeito com direitos e deveres iguais aos demais seres humanos, obtendo as mesmas condições de acesso à saúde, educação cultura, etc. e o direito de usufruir disso juntamente com aqueles ditos “normais”. (BENCINI, 2001)

Pouco a pouco os deficientes foram sendo integrados à sociedade, mas isso não era o suficiente, era necessário mais que integração, era preciso que essas pessoas fossem aceitas e tratadas como todas as outras, participando das mesmas atividades, convivendo, interagindo e estando nos mesmos ambientes que toda a população. (BENCINI, 2001)

Mais do que uma inserção na sociedade, a inclusão possibilita uma formação plena, um desenvolvimento satisfatório e o direito de realmente existir na comunidade, dela fazer parte e nela atuar, sem barreiras ou discriminações. A inclusão mostra que não há limites para o ser humano, que todas as pessoas são capazes de se desenvolver, de aprender e se tornar cidadãos ativos, ainda que em graus diferentes de atuação.

Há 22 anos, foi promulgada a Constituição Federal, a qual garante direitos iguais a todos os cidadãos. Após a Constituição, foram elaboradas leis, diretrizes e tratados reafirmando esse ponto da lei. Mas em pleno século XXI, ser diferente é, ainda, muito difícil em nosso país, e no caso de a pessoa ter algum tipo de deficiência física ou mental, muitas vezes, se torna mais complexo. (BENCINI, 2001)

A história das pessoas com deficiência tem passado por fortes rejeições, isolamento e perseguições até chegar ao ideário de Inclusão que temos hoje. De acordo com Rita de Biaggio (2007), ao recorrer a dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), 10% das pessoas tem algum tipo de deficiência, o que representaria 15 milhões de brasileiros, de acordo com o Censo do IBGE de 2000. Dentre essas, cerca de 190 mil crianças fazem parte do público a ser atendido pela educação infantil.

Esses dados demonstram o grande número de pessoas que esperam por um ideário de valorização, respeito, igualdade e liberdade. O número de crianças deficientes também nos leva a acreditar que devemos todos nós, educadores, estar abertos a receber a todas, sempre que necessário.

E, para entendermos e abordarmos especificamente a Educação Inclusiva é necessário que se faça uma retrospectiva e se reflita um pouco sobre essa história, marcada por preconceitos e lutas.

### **2-3- As leis que regem o processo de inclusão**

Até o século XV, na Roma antiga, as crianças ditas deformadas eram jogadas em esgotos. Martinho Lutero, por sua vez, acreditava que os deficientes mentais eram seres diabólicos. Do século XVI ao XIX, os deficientes eram isolados em asilos, conventos e albergues. (BENCINI, 2001)

A partir do século XX, surgem políticas públicas, com o intuito de valorizar as pessoas discriminadas por serem deficientes ou por qualquer outro motivo e possibilitá-las a terem uma vida social digna e igualitária. Em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos afirmou que todo ser humano tem direito a educação. (BENCINI, 2001.)

Nos anos 60, a LDB, 4024 trata pela primeira vez da Educação Especial no Brasil, apontando que a educação dos excepcionais deve no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação. Em 1988, a Constituição garante atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Em 89, a Lei Federal 7853, prevê crime punível com reclusão para dirigentes que recusarem a matrícula de uma criança com deficiência em uma escola regular. (BENCINI, 2001.)

Em 1988, é promulgada a Constituição da República, que prevê o pleno desenvolvimento do cidadão, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Garante ainda o direito a escola para todos. (CAVALCANTE, 2006)

Em 1988, a Lei N° 7853/89 define como crime recusar, suspender, adiar ou cancelar a matrícula de uma criança por causa de sua deficiência, em qualquer curso ou nível de ensino, seja ele público ou privado. (CAVALCANTE, 2006)

Em 1990 o Estatuto da Criança e do adolescente (ECA) garante o direito à igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola. Ressalta, também, o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. (CAVALCANTE, 2006)

Em 1994, é assinada a declaração de Salamanca, determinando que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais ou linguísticas. (BENCINI, 2001.). Diz, ainda, Segundo Meire Cavalcante (2006) que crianças excluídas das escolas por motivos como trabalho infantil e abuso sexual também devem receber atendimento especializado e que as crianças que tem deficiências graves devem ser atendidas no mesmo ambiente de ensino que todas as demais.

Em 1996, a LDB 9394 aponta que a educação dos deficientes dar-se-á preferencialmente na rede regular de ensino. Meire Cavalcante (2006) explica que, segundo a LDB, o atendimento especializado pode ocorrer em classes ou em escolas especiais, quando não for possível oferecê-lo na escola comum.

Em 2001, temos o decreto 3956, denominado Convenção de Guatemala, onde representantes do mundo todo se reuniram para elaborar novas diretrizes para a Inclusão. (BENCINI, 2001). Meire Cavalcante (2006,) completa dizendo que o Decreto deixa clara a impossibilidade de tratamento desigual com base na deficiência. Por fim, Cavalcante afirma que o Decreto N°3956 relata que o acesso ao Ensino Fundamental é um direito humano e privar pessoas em idade escolar dele, mantendo-as unicamente em escolas ou classes especiais fere a Convenção e a Constituição.

#### **2-4- A inclusão no Brasil**

No Brasil, a partir do século XIX, as pessoas passaram a buscar compreender o motivo de cada deficiência e a estudar mais sobre os deficientes para achar alguma maneira de amenizar seus problemas. Iniciou então a segregação institucional: escolas e/ou asilos de caráter religioso ou filantrópico recebiam os deficientes, que muitas vezes

passavam o resto da vida internados, isolados da comunidade. Foram surgindo também algumas escolas especiais e centros de reabilitação, que acreditavam que os deficientes poderiam ser produtivos se recebessem “treinamento” adequado.

Segundo a Proposta Curricular para Deficientes Visuais (1979), a primeira preocupação oficial do Brasil direcionada à educação de pessoas com necessidades especiais foi o Projeto de Lei ocorrido em 1835, que tinha como objetivo a criação do lugar do Professor de Primeiras Letras para o Ensino de Cegos e Surdos, na Capital do Império e nas Capitais das Províncias.

No dia 17 de setembro de 1854 D. Pedro II inaugurou o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, sendo este o marco inicial da educação especializada no Brasil e na América do Sul. Após o advento da república, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos passou a ter o nome Instituto Benjamin Constant, que foi a única instituição que atendia deficientes visuais até 1926, neste ano foi inaugurado em Belo Horizonte Instituto São Rafael, que foi o segundo no Brasil e o primeiro em Minas Gerais.

Helena Antipoff teve um papel de grande importância para a discussão da educação especial no Brasil. A educadora russa chegou ao Brasil em 1929 para trabalhar com educação em Belo Horizonte. De acordo com LOURENÇO (2000) a educadora trabalhava com a homogeneização de classes, ou seja, separava as crianças de acordo com seus interesses e com suas potencialidades, com esse trabalho acabou-se deparando com os alunos ditos excepcionais. Antipoff percebeu que estas crianças acabavam ficando à margem do processo educacional.

Por este motivo suas propostas em educação especial foram divididas em dois momentos distintos; inicialmente foi a atuação em defesa das classes especiais nas escolas públicas de Minas Gerais e depois foi sua atuação com os deficientes na fazenda do Rosário. Apesar das contradições dos dois momentos é importante ressaltar que em ambos ela pensava na inclusão dos alunos portadores de necessidades especiais.

As leis de ensino previam a existência das classes especiais nas escolas públicas. Então Antipoff dividiu as classes de acordo com as necessidades dos alunos, fazendo questão de que o número de alunos fosse limitado, sendo o ensino individualizado, com variedade de materiais didáticos, móveis adaptados as necessidades de cada criança e professores preparados.

A educadora percebeu que a escola pública avançava pouco com alunos deficientes, então surgiu a necessidade de criar em 1932 a Sociedade Pestalozzi de Belo Horizonte. Essa sociedade foi uma alternativa para obter a assistência necessária para a complementação do treinamento dos professores no ensino especial, do diagnóstico psicológico e do atendimento clínico. À medida que o número de associados ia crescendo, crescia também a prestação do serviço. (LOURENÇO 2000)

Em 1940 surgiu a fazenda do Rosário, pois para Antipoff, o campo seria um local mais indicado para as crianças com necessidades especiais. A fazenda do Rosário era uma parte da Sociedade Pestalozzi que foi transferida para o município de Ibitaré, atendendo estas crianças que não conseguiam se adaptar às escolas públicas. Essa fazenda funcionava no modelo construtivista, com professores especializados e os alunos aprendiam a desenvolver suas potencialidades de forma lúdica. Seus profissionais não estavam interessados apenas no desenvolvimento pedagógico da criança, mas davam atenção também à integração do aluno fora da Sociedade Pestalozzi. Portanto eram feitas várias atividades que desenvolviam sua socialização. Eram oferecidos oficinas (pintura em tecido, costura, bordados em geral, trabalho em horta, criação de coelhos e outras atividades rurais), onde os alunos aprendiam ofícios que seriam úteis para ter uma vida produtiva fora da fazenda. Esta saída dos alunos era acompanhada, de forma a permitir a adaptação processual a um novo ambiente. (LOURENÇO 2000)

Nos anos 70 surgiu a necessidade de uma política de educação especial quando o MEC conscientizou-se de que as pessoas deficientes deveriam ter cuidados especiais no lar, na escola e na sociedade.

No ano de 1990 o Brasil participou da Conferência Mundial sobre Educação para todos na cidade de Jomtiem, na Tailândia, quando líderes de cem países se comprometeram com a erradicação do analfabetismo até o ano de 2000. Estava começando a discussão da política inclusiva no Brasil.

Apesar dos obstáculos, há um empenho em relação à inclusão. Portanto, está havendo uma ampliação deste movimento, sendo um sinal considerável de que a sociedade e as escolas vão continuar lutando para que haja cada vez mais a prática inclusiva.

## **2-5- A inclusão nas escolas**

As lutas e conquistas da sociedade em relação aos deficientes tem ocorrido em várias áreas, tais como saúde, educação e lazer. Enfatiza-se neste trabalho o direito conquistado na área da educação, uma vez que este é o assunto que aqui interessa. Na educação, a inclusão se iniciou com a chamada Educação Especial, assim definida pela LDB 9394/96, art.58, cap.5º: Entende-se por Educação Especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

A Inclusão Escolar é o tipo de inclusão que, sendo educadores, estamos diretamente relacionados. Temos, portanto, a necessidade de entendermos mais sobre esse assunto, de compreendermos o que é inclusão para então participarmos dela ativamente. Segundo Mantoan:

A inclusão institui a inserção de uma forma mais radical, completa e sistemática, uma vez que o objetivo é incluir um aluno ou um grupo de alunos que não foram anteriormente excluídos. A meta da inclusão é, desde o início, não deixar ninguém de fora do sistema escolar, que com isso, terá que se adaptar as particularidades de todos os alunos. (MANTOAN, 1998, p.51)

Com isso, percebe-se que a Educação é uma necessidade e um direito não só dos alunos ditos “normais”, mas como também de todos os indivíduos com deficiência, que de acordo com as leis, tem seus direitos assegurados como os demais cidadãos e que devem ser respeitados e mais do que isso, essas pessoas devem ser também valorizadas. A escola é um espaço de educação, de interação, de socialização. Estar na escola propicia aos indivíduos aprenderem uns com os outros, cada um com suas especificidades, portanto deveria ser este um espaço de respeito às diversidades, sendo o primeiro lugar a levantar a bandeira da inclusão.

Ainda, conceituando a inclusão, Segundo Sasaki (1997, p. 41): "Conceitua-se a inclusão social como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade". Assim, a pessoa com necessidades especiais deve encontrar, na sociedade, caminho propício para o seu

desenvolvimento através de sua educação e qualificação para o trabalho. Estando ele já inserido no processo, a sociedade se adapta as suas limitações. Em relação a esta questão Sasaki diz:

A inclusão social, portanto, é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos (espaços interno e externo, equipamentos, aparelho e utensílio, mobiliário e meios de transporte) e na mentalidade de todas as pessoas. Quanto mais sistemas comuns da sociedade adotarem a inclusão, mais cedo se completará a construção de uma verdadeira sociedade para todos, a sociedade inclusivista (SASSAKI, 1997, p.42).

Windyz Ferreira (2006) explica que “A educação inclusiva é um movimento social que desafia a escola a ser mais representativa da diversidade que existe na sociedade, tornando-se assim, mais democrática e justa. Mas, notamos que ainda são escassas as informações, falta conscientização e principalmente, é preciso que as pessoas abram suas mentes e se desfaçam das ideias pré-concebidas, para que, de fato, a inclusão ocorra no meio educacional.

Em muitas escolas nos deparamos com o mesmo discurso por parte dos dirigentes e dos educadores. Não estamos preparados, será que damos conta? Nós não somos especialistas, não temos nenhuma formação para trabalharmos com essas crianças, nossas salas são tão cheias, como vamos dar atenção especial a estes alunos? Todos esses questionamentos nos remetem a uma grande falta de informação e ao fato de depararmos com profissionais fechados ao que é diferente, ao que foge à rotina de uma escola. Essa situação nos remete à Freud, em seu trabalho sobre o estranho, demonstrando como o sujeito evita aquilo que parece estranho e diferente, mas que no fundo remete a questões pessoais e mais intimas do próprio sujeito. (CENTRO de Educação Especial, 1999)

Com tudo isso, percebemos que é feita uma integração dos alunos com deficiência e não a inclusão, o que é completamente diferente. Todas as escolas tem a obrigação de receber as crianças deficientes, sob pena de reclusão de até um ano como afirma a lei Federal 7853. Uma vez dentro deste estabelecimento, esses alunos são integrados no ambiente escolar. Isso porque as escolas ainda são conservadoras e estão presas à estrutura de gestões de serviços públicos, o que as impedem de se

desprenderem de idéias pré concebidas e de metodologias de trabalhos pré estruturadas. Para de fato exercer a inclusão, Maria Tereza Mantoan (2005) discorre que:

Para ser uma escola inclusiva é preciso ter um projeto que valoriza a cultura, a história e as experiências anteriores da turma. (...) os alunos precisam de liberdade para aprender do seu modo, de acordo com suas condições. (MANTOAN, 2005.p.25)

Sabemos que a inclusão provoca grandes reflexões e exige mudanças de atitudes e de pensamentos, pois as crianças deficientes tem chegado cada vez em maior número nas escolas, e uma vez tendo estes alunos conosco é impossível fechar os olhos e fingir que nada está acontecendo. É preciso, no entanto, que a escola elabore uma proposta pedagógica que contemple este assunto e que haja um trabalho em equipe (comunidade escolar, família, médicos...), estando todos mobilizados e conscientes da importância desse trabalho, não só em favor dos deficientes, mas em favor, também, de uma sociedade mais justa e igual. Conforme afirma Maria Tereza Mantoan (1998):

... a inclusão concilia-se com uma educação para todos e com um ensino especializado no aluno, mas não se consegue implantar uma opção de inserção tão revolucionária sem enfrentar um desafio ainda maior: o que recai sobre o fator humano. (MANTOAN, 1998, p.51)

Mobilizar e conscientizar todas as pessoas em relação ao preconceito é, verdadeiramente, uma grande batalha. A discriminação ainda existe em nossa sociedade, dificultando o trabalho de inclusão. Temos leis, políticas públicas e escolas com espaços físicos adaptados ou sendo adaptados, mas o trabalho acaba sendo estagnado pelas barreiras humanas, tais como falta de informações, preconceitos, falta de amor e respeito pelos semelhantes.

O processo de inclusão precisa ser intensificado a partir da formação humana, com trabalhos destinados a conscientizar, mobilizar, informar, e motivar os profissionais da educação, familiares e comunidade. É preciso que todos estejam engajados nessa luta, tendo consciência do seu papel para que possa ser cobrado das autoridades o investimento na formação dos profissionais e campanhas informativas, para que todos possam exigir o direito que as pessoas deficientes tem à educação, esporte, lazer, saúde, cultura, etc.

No que diz respeito aos direitos das crianças deficientes, em relação à educação, a Constituição Federal, art. 208, IV, discorre que lhes é assegurado o ingresso em creches e pré-escolas a partir de zero ano, na chamada Educação Infantil e a Lei 7853/89, art.2º, I, a, garante a essas crianças o direito a “educação precoce”, ou seja, aquela que é oferecida o mais rápido possível como forma de favorecer a inclusão social. Mesmo com esses direitos garantidos, nos deparamos com discursos desmotivadores, como por exemplo: Não temos profissionais preparados para receber estas crianças, não sabemos o que fazer ou como trabalhar com essas crianças, não estamos prontos para recebê-los. Afirmativas com essas, comumente, são geradas por medo e /ou falta de informações, mas não são justificativas para não receber ou não desenvolver um trabalho adequado com as crianças. Eugenia Fávero (2007) deixa isso bem claro ao assegurar que:

Se o estabelecimento educacional não dispuser de profissionais devidamente orientados, não pode justificar com esse fato o não-atendimento da criança, pois ainda assim é obrigado a atendê-la, devendo informar-se sobre as necessidades específicas da criança e providenciar pessoal para esse fim. Vale lembrar que um estabelecimento de Educação Infantil que se empenhe em ser um espaço adequado para todas as crianças, estimulador do desenvolvimento, será um espaço educacional de maior qualidade. (FÁVERO, 2007.p.58)

Se por muito tempo os alunos tinham que se adequarem as escolas, com suas normas e diretrizes, atualmente as escolas estão tendo que se adequarem as crianças em função da inclusão. Para isso, as escolas tem que adaptarem os espaços físicos, o material pedagógicos, suas ações e métodos.

Acredita-se que o sucesso da inclusão esteja no empenho e na boa vontade em propiciar a todos uma educação de qualidade, que forme profissionais preparados para os desafios da vida, que convivam com todos, reconhecendo que apesar das diferenças todos somos semelhantes. A partir dessa conscientização e de empenho, todos aprendem uns com os outros e quem ganha é a nossa nação que contará com seres humanos prontos a aceitar e a conviver com as diferenças de cada um. É fundamental que o professor esteja atento para esse fato e se empenhe ao máximo para realizar um trabalho

inclusivo de qualidade, como afirma Meire Cavalcante (2006): “Os professores também são aliados da inclusão quando tem informações e respeitam o direito das crianças e jovens com deficiência de estudar e de ser tratados com dignidade.

Sabemos que além de atenção, carinho, amor e da dedicação dos professores as crianças deficientes precisam de atendimento especializado, como fonoaudiólogo e fisioterapeuta, apesar destes campos pertencerem a área da saúde e não da educação, é de fundamental importância que, mais uma vez, os profissionais do magistério se mobilizem, buscando informações e ajudas que os auxiliem a conhecer e entender melhor suas crianças e que possa oferecer um suporte maior e um satisfatório desenvolvimento no aprendizado.

O trabalho de inclusão deve ser realizado em parcerias entre os profissionais da área educacional e da área da saúde. Faz-se necessário o contato entre esses profissionais tendo como meta o desenvolvimento pleno das crianças deficientes. Deve haver um diálogo entre esses profissionais, de forma que os professores possam esclarecer suas dúvidas e compartilhar seus anseios, tendo assim segurança e um apoio a mais no seu trabalho.

Outro fator importante na inclusão é a parceria ente escola e família, como descreve Veiga (2008)

Muitas vezes, as pessoas que se propõem a educar e cuidar dessas crianças se sentem perdidas e angustiadas, seja pela dificuldade nas relações com elas, seja pelas distorções e preconceitos advindos da falta de informações sobre deficiência e suas conseqüências no desenvolvimento e aprendizado da criança, podendo até se julgarem incapazes de assumir essa tarefa com eficiência. (VEIGA, 2008, p. 169)

Por esse motivo, é essencial que as famílias saibam o que está ocorrendo com seu filho na escola, como está sendo seu desenvolvimento, como a escola tem se adequado para atendê-lo, qual a metodologia utilizada, etc. da mesma forma os professores devem obter informações por parte dos pais em relação à rotina da criança em casa, dos tratamentos médicos e especializados e das mudanças de comportamento.

Ao trabalhar juntos, escola e família, os pais sentem-se mais confiantes na escola e os professores tem total apoio ao seu trabalho. Desta forma, estando todos engajados em um mesmo ideal, uns fortalecem os outros, proporcionando um melhor atendimento para as crianças. Melhor ainda seria se essa parceria fosse intensificada, dialogando professores, famílias, especialistas (médicos, psicopedagogos, fisioterapeuta, fonoaudiólogo), estudando o caso de cada criança, elaborando estratégias e metodologias para se desenvolvida com cada criança deficiente.

Procurando estabelecer parcerias, o professor poderia conhecer melhor a criança, conhecendo de fato suas necessidades “especiais”, sabendo como trabalhar e o que trabalhar para o melhor desenvolvimento de cada uma. Esse é um processo longo e difícil aceitação por parte dos educadores, uma vez que lhes exigiriam um maior esforço e disponibilidade. Esse processo de busca de conhecimentos e metodologia centrada na criança é denominado por WESTWOOD (1998, p.200) como Plano de Ensino Individualizado (PEI) e assim por ele descrito:

Um Plano de Ensino Individualizado é elaborado através de um processo de consulta e elaboração, geralmente envolvendo o professor da turma, pais e escola com a contribuição de especialistas (...). Levando em conta os pontos fortes e fracos da criança, metas de longo prazo e os objetivos são cuidadosamente preparados e as necessidades de recursos são identificadas. (WESTWOOD, 1998, p.200)

Através desse plano de ensino, os professores junto com os outros envolvidos podem estabelecer metas, (claro que não se esquecendo que não há limites para o ser humano) acreditando que a criança irá se desenvolver, cada uma no seu tempo e em seu ritmo. Os educadores e a escola poderão também, previamente, angariar recursos e materiais didáticos, caso a escola não os tenha disponíveis.

Para realizar o PEI compete dedicar a tarefa de aceitar o novo, o diferente e se dispor a buscar novas informações, novos métodos, novos conceitos. Muitos profissionais da educação não acreditam que as crianças deficientes são capazes de aprender, colocando assim barreiras no desenvolvimento das crianças. Muitas vezes, esse fato ocorre por falta de informação ou por medo de lidar com o novo ou por se acharem despreparados ou incapacitados para exercer tal função. É mais fácil transferir

a responsabilidade para estagiarias ou na falta dessas, deixar as crianças sem participar das atividades, alheias a tudo que acontece na sala de aula.

A dificuldade de se precisar um conceito de deficiência trouxe conseqüências indelévels na maneira de as demais pessoas lidarem com a deficiência. O medo da diferença e do desconhecido é responsável, em grande parte, pela discriminação que se verifica nas escolas e na sociedade em relação às pessoas com deficiências em geral, mas principalmente àquelas com deficiência mental. (CENTRO de Educação Especial, 1999, p.13)

Ao achar que as crianças deficientes apresentam um trabalho a mais, os professores comprometem o desenvolvimento físico, psicológico e afetivo das mesmas, negando-lhes o direito a conhecimentos, a socialização e a participação no meio. Disso decorre a necessidade de haver novas atitudes por parte dos docentes, provocando novos projetos.

Além da boa vontade e do empenho é de suma importância que haja cursos de capacitação para os professores. Muitas vezes erra-se por falta de conhecimentos e por idéias antigas, o que poderia ser mudado se, de fato, as escolas ou órgãos responsáveis disponibilizasse aos educadores a oportunidade de se capacitarem e se reciclarem continuamente. Assim, temos que:

Outro fator crucial na inclusão na escola é a capacitação dos professores. Sabemos que além de boa vontade, pensar a capacitação dos docentes e um dos modos de começarmos a mudança na qualidade de ensino, com vistas a criar contextos educacionais inclusivos, capazes de propiciar a aprendizagem a todos os alunos, respeitando ritmos, tempos, superando barreiras físicas, psicológicas, espaciais e culturais. (GUIMARÃES, 2002, p.29)

A partir de uma mudança de atitude e da capacitação dos próprios professores decorrerá um processo de inclusão pleno, que verdadeiramente contemple a todos, garantindo assim uma educação de qualidade, na qual todos possam participar ativamente.

Falamos sempre do papel do professor e sua importância no processo de inclusão, mas outra figura importante nessa história é da estagiária. Na rede Municipal de Ensino, estagiárias são contratadas para exercer um trabalho direto com uma criança deficiente. Desta forma, cabe a elas assumir para com aquela criança as mesmas responsabilidades que o professor, ajudando-o a elaborar o PEI e a colocá-lo em prática.

Ultimamente, o que vemos é o papel da estagiária ser distorcido e esta passando a ser uma ajudante direta do professor, fazendo enfeites para a sala e colando atividades no caderno, enquanto a criança fica em um canto da sala. As estagiárias não sabem responder qual o tipo de deficiência a criança tem e também não tem um trabalho programado para realizar para com aquele educando.

As estagiárias não sabem qual, realmente, é o seu papel na escola uma vez que os professores lhes ocupam com outras funções e a direção e coordenação da escola não lhes esclarece a respeito de seus trabalhos. De acordo com WESTWOOD (1998, p.213): “Nos últimos anos o papel do professor de apoio(estagiaria) tem mudado do ensino direto à criança deficiente para apoio ao professor de classe regular.”

Acredita-se que o afazer das estagiárias deve andar junto com a tarefa dos professores e deve ser focado diretamente na criança deficiente, que é capaz de aprender e se desenvolver tanto quanto as outras crianças, uma vez que:

Aprender é uma ação humana criativa, individual, heterogênea e regulada pelo sujeito de aprendizagem, independentemente de sua condição intelectual ser mais ou ser menos privilegiada. São as diferentes idéias, opiniões, níveis de compreensão que enriquecem o processo escolar e que clareiam o entendimento dos alunos e professores- essa diversidade deriva das formas singulares de nos adaptarmos cognitivamente a um dado conteúdo e da possibilidade de nos expressarmos abertamente sobre ele. (CENTRO de Educação Especial,1999,p.17)

Portanto, o processo de inclusão depende de que todos na escola- professores, estagiárias, coordenação, direção, funcionários da limpeza e da alimentação- estejam abertos e informados e que tenham estratégias claras e bem definidas para a realização de um trabalho adequado e sem discriminações. É necessária uma interação entre todos os

funcionários da escola, de forma a acreditarem que a criança deficiente não é de responsabilidade de um professor ou de uma estagiária, mas da escola como um todo.

Contando com a ajuda mútua das famílias das crianças e unidos em prol de um mesmo objetivo, é possível mobilizar a comunidade, a sociedade e alcançar os apoios governamentais que tanto são requeridos pelos professores.

## **2-6-A inclusão e a Educação Infantil em Belo Horizonte**

Segundo a LDB9394/96, a Educação Infantil é reconhecida como a primeira etapa da educação básica. É direito das crianças, opção das famílias e dever do município. Com base nesse artigo, a prefeitura de Belo Horizonte se preocupa em oferecer escolas de Educação Infantil para as crianças de Belo Horizonte, tendo como ênfase um ensino de qualidade em um ambiente acolhedor.

A Resolução do Conselho Municipal de Educação (CME/BH) nº01/2000, na seção III, art.4º, relata que a Educação Infantil norteia-se pelos princípios de igualdade, liberdade, ideais de solidariedade, tendo por finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, afetivo, cognitivo, social, contribuindo para o exercício da cidadania e pautando-se: I- no respeito à dignidade e aos direitos das crianças em suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, éticas, religiosas, sem discriminações.

Com esse relato percebe a abrangência do acolhimento das crianças na educação infantil, de forma a assegurar total direito a todos, sem exclusões. Note-se, também, a preocupação em oferecer às crianças o desenvolvimento pleno, contemplando uma formação de cidadãos solidários e dotados de valores morais.

Segundo o portal da PBH (Prefeitura de Belo Horizonte), a ampliação da oferta de vagas é prioridade da prefeitura, que tem como meta o contínuo atendimento a essa faixa etária, ofertando 44.000 novas vagas, com a construção de 100 novas Unidades Municipais de Educação Infantil (UMEI's).

Ainda, de acordo com o portal, mais de 1.2 mil crianças com deficiências variadas foram incluídas, em um ano, nas escolas de ensino regular e tem prioridade na Matrícula para Educação Infantil. Essas crianças tem um acompanhamento e também são disponibilizados equipamentos, recursos materiais e adequação da rede física das escolas. O Centro de Apoio Pedagógico para atendimento às Pessoas com Deficiência Visual (CAP-BH) oferece transcrição em braile, capacitação para uso de computadores,

softwares apropriados e produção de materiais. A prefeitura tem também projeto de escolarização se surdos na Língua Brasileira de Sinais (Libra).

É necessário ainda que os programas de capacitação sejam ampliados, abrangendo a todos os professores e que os recursos materiais e equipamentos cheguem a todas as escolas e UMEI's, de forma que todas as crianças tenham as mesmas oportunidades.

### **3-METODOLOGIA**

Este trabalho foi realizado por um levantamento teórico e uma pesquisa empírica, a partir da qual foi investigada a opinião dos professores e pais sobre o processo de inclusão de crianças deficientes em uma UMEI de Belo Horizonte. O trabalho com pais e professores teve como princípios a abordagem qualitativa, no moldes indicados por Bogdan e Biklen (1994, p.283) referindo ao “modo de pensar e a recolha de dados qualitativos relativos à vida diária dos professores e de outros agentes educativos.”

Ao iniciar esse estudo foi feita uma pesquisa bibliográfica, da qual se extraiu embasamento teórico sobre o assunto em questão. Foi, ainda, realizada uma investigação empírica com o intuito de entender como pais e professores da UMEI percebem a inclusão de crianças deficientes na escola de Ensino Regular. Essa investigação ocorreu conforme descrito abaixo.

#### **I-Contexto**

As informações foram recolhidas em uma UMEI de Belo Horizonte na qual se encontram crianças de Inclusão com deficiências diversas.

Essa UMEI possui um espaço amplo, tanto interno quanto externo. As salas são grandes e os corredores largos. Possui dois andares, sendo que há, além das escadas, um elevador e rampa de acesso ao segundo andar. Há, também, rampas no caminho de acesso do portão à UMEI. Há banheiros adequados às crianças pequenas e outros específicos para deficientes, sendo esses espaços largos, com corrimão e cadeira de banho. No parquinho, os brinquedos são de madeira e alguns, muito altos, o que os tornam de difícil manuseio. Não há brinquedos visando o uso dos deficientes, o que limita o horário de lazer na hora do recreio.

Não há na UMEI materiais didáticos e brinquedos pedagógicos adequados e específicos para crianças deficientes, como por exemplo, livros em BRAILE para os cegos.

Em suma, o espaço físico da UMEI atende às necessidades de cada criança, proporcionando-as segurança e conforto de locomoção e de adaptação, mas falta-nos materiais didáticos coerentes.

#### **II-Participantes**

Encontraram-se envolvidos nessa pesquisa os seguintes participantes: corpo docente, estagiárias, vice-diretora, coordenadora e pais de crianças deficientes. As professoras contribuíram respondendo questionários, permitindo a observação em suas salas de aula, permitindo gravar entrevistas e realizando relatórios sobre o trabalho desenvolvido com as crianças. A coordenadora e a vice-diretora responderam os questionários e ajudaram a organizar momentos de conversa com as professoras, as estagiárias e os pais das crianças responderam questionários e permitiram gravar entrevistas.

### III-Instrumentos

Foram utilizados dois instrumentos para a construção das informações dados, sendo eles: a observação e a entrevista.

### IV-Materiais

Para o registro das observações e das informações obtidas, os seguintes materiais foram utilizados: 1(um) gravador, questionários, 1(uma) câmera digital, bloco de papel e caneta para anotações.

### V-Procedimentos de construção de informações

A instituição escolhida para pesquisa foi a UMEI onde trabalho há três anos. Por ser meu ambiente de trabalho, conheço bem todas as professoras e demais funcionários da escola. Por ser professora de apoio, ou seja, aquela que executa projetos em algumas salas, conheço também todas as crianças, o que facilita o contato com seus pais.

Ao iniciar a pesquisa, conversei com a vice-diretora e expliquei-lhe como seria realizado o trabalho e com qual finalidade. Em um segundo momento, conversei com as professoras que estavam agrupadas na sala de reuniões. Falei sobre a Pós-graduação, sobre a pesquisa e sobre a importância de se ter um trabalho voltado para a inclusão, de termos um olhar diferente para com as crianças deficientes e de buscarmos informações a respeito de assunto, para que, desta forma, possamos oferecer as crianças o respeito e a dignidade por elas merecidas. Após essa conversa, as professoras demonstraram interessadas e dispostas a ajudar.

Em um terceiro momento, conversei com os pais de quatro crianças deficientes, um a um, explicando que eu estava desenvolvendo uma pesquisa visando o bem estar da criança. Os pais gostaram da idéia e prontificaram-se a colaborar no que fosse preciso.

Algumas professoras se recusaram a responder o questionário, outras não entregaram a folha, sendo que tive retorno de uma pequena parte dos questionários que havia distribuído.

Temos quatro crianças deficientes na escola, no turno da tarde. Os pais das quatro crianças responderam os questionários e demoraram em média uma semana para devolvê-los.

Após alguns dias, distribuí, novamente, os questionários a algumas professoras que não haviam respondido, explicando-os que essa seria uma etapa fundamental para minha pesquisa, disse-lhes, ainda, que conhecer o que eles pensam e sentem a respeito da inclusão ajudaria a todos a organizar uma forma de trabalho coerente e satisfatória.

Ao todo, distribuí dezoito questionários e obtive dez respondidos pelos profissionais da escola.

Com os questionários em mão, fiz uma entrevista com uma professora de uma turma de cinco anos, onde se encontra uma aluna com paralisia cerebral e com a mãe de uma aluna deficiente, com quatro anos, que frequenta a UMEI à três anos, buscando obter detalhes mais específicos sobre a opinião delas. As entrevistas foram realizadas utilizando as mesmas perguntas contidas no questionário respondido anteriormente.

Obtendo os materiais necessários, as respostas de todos os questionários foram transcritas, sendo agrupadas pelo número de cada pergunta. Após o cruzamento das repostas, os dados foram analisados e agrupados por temas.

As entrevistas gravadas foram transcritas integralmente e os termos decorrentes foram considerados como fonte de análise. As anotações feitas a partir de observações e os relatórios cedidos pelas professoras também contribuíram para a obtenção de resultados importantes para o desenvolvimento da pesquisa.

Simultaneamente ao processo dos questionários, comecei a observar o trabalho das professoras e estagiarias com as crianças deficientes. Durante os meus momentos de projeto (50 minutos por dia), estive nas duas turmas de cinco anos e em uma turma de quatro anos nas quais se encontram as crianças deficientes. Por dois meses, passei cinquenta minutos observando as turmas, sendo que a cada dia da semana ia a uma sala, de terça à quinta-feira. Com essas observações pude obter detalhes do trabalho das professoras e perceber um pouco de suas vivências com as crianças deficientes, suas lutas, seus esforços, suas frustrações e suas vitórias.

Finalizando, reuni as informações alcançadas com os questionários e as observações, analisando-as, de forma a entender como a inclusão é percebida na UMEI e o que os professores esperam para a realização deste trabalho.

#### VI – Procedimento de Análise das Informações

A partir de uma análise qualitativa foi possível conhecer a opinião de cada um dos envolvidos e sugerir mudanças ao grupo, de forma que todos se unam em busca de melhorias para o trabalho que já vem sendo realizado, uma vez que, como afirmam Bogdan e Biklen (1994):

A perspectiva teórica que subjaz à investigação qualitativa é diferente. A realidade é construída pelas pessoas, à medida que vão vivendo suas vidas. As pessoas podem ser ativas na construção e na modificação do “mundo real”. Podem promover modificações e afetar o comportamento dos alunos. (BOGDAN e BIKLEN,1994, p.284)

Visando ter uma melhor compreensão de como o processo de inclusão de crianças deficientes é percebido pelas professoras e pais e como é o trabalho desenvolvido com essas crianças na UMEI estudada, as informações construídas na pesquisa foram reunidas em categorias. Em cada categoria foi feita uma síntese das informações e uma análise conforme as idéias apresentadas na fundamentação teórica. As categorias criadas foram:

- A) Percepção das professoras sobre o processo de inclusão;
- B) A inclusão no cotidiano da UMEI;
- C) Percepção dos pais sobre o processo de inclusão; e
- D) Possíveis estratégias para aprimorar o trabalho de inclusão na UMEI.

## **4-RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Convivendo com as educadoras e as crianças de todas as turmas, no turno da tarde, percebo a necessidade de uma maior atenção em prol do desenvolvimento das crianças deficientes. Deparo-me com profissionais desmotivados e sem um plano de ação para ser desenvolvidos com suas crianças deficientes e através de entrevistas e do preenchimento de questionários pude fazer algumas constatações.

As informações obtidas serão aqui apresentadas e discutidas através de categorias, seguindo a sequência dos temas abordados nos questionários e entrevistas, que também foram focados nas observações. Dessa forma, para cada categoria foram apresentadas as respostas de forma geral, englobando a opinião de todas as entrevistadas com observações feitas pela pesquisadora. Essas informações foram analisadas conforme as reflexões apresentadas na fundamentação teórica.

Os resultados foram divididos entre as seguintes categorias:

A) Percepção das professoras sobre o processo de inclusão

B) A inclusão no cotidiano da UMEI

C) Percepção dos pais sobre o processo de inclusão

D) Possíveis estratégias para aprimorar o trabalho de inclusão na UMEI

### **4.1-Percepção das professoras sobre o processo de inclusão**

Na realidade em que nos encontramos, são disponibilizados pouco ou nenhum subsídio para o aperfeiçoamento dos professores na sua prática escolar. De modo que, muitos profissionais da área se sentem incapacitados e, conseqüentemente inseguros para lidar com as crianças que apresentam alguma deficiência.

Nas entrevistas e nos questionários realizados com as educadoras, as entrevistadas relataram que a prefeitura não disponibiliza nenhum recurso para o trabalho com as crianças com necessidades especiais. Também não há nenhum curso de capacitação oferecido pela PBH. Veiga (2008, p. 169) afirma que:

Muitas vezes, as pessoas que se propõem a educar e cuidar dessas crianças sentem-se perdidas e angustiadas, seja pela dificuldade nas relações com elas, seja pelas distorções e preconceitos advindos da

falta de informações sobre deficiência e suas conseqüências no desenvolvimento e aprendizado da criança, podendo até se julgarem incapazes de assumir essa tarefa com eficiência. (VEIGA,2008, p. 169)

Uma opção para dar fim a essa insegurança que tomam os educadores seriam os cursos pagos, porém estes não se mostram como melhor alternativa, já que a UMEI usufrui de pouca verba disponível para enviar seus representantes para qualquer capacitação que seja necessária.

As entrevistadas entendem a Educação Inclusiva tal como está na lei, ou seja, é dever da escola incluir as crianças e direitos das crianças deficientes freqüentarem uma escola de ensino regular. Não há um aprofundamento ou um conceito pessoal em relação a essa visão.

De acordo com as entrevistadas, a educação inclusiva na UMEI tem sido vista apenas como uma lei que deve ser cumprida. É obrigação das escolas receberem as crianças deficientes, mas como as entrevistadas afirmam, não há um direcionamento para a realização deste trabalho, as crianças chegam na escola e recebem a atenção e o mesmo trabalho que todas as outras, não há um olhar voltado para ela. A inclusão é vista como um trabalho a mais para o professor, que, sozinho, terá que desenvolver (mas não desenvolvem) planos de ação e metodologias para trabalhar com essa criança.

Em geral, toda informação prévia das educadoras em relação à educação especial baseia-se na teoria, até a primeira experiência que é quando o professor terá que lidar diretamente com uma criança deficiente em seu dia-a-dia escolar.

As professoras da UMEI não receberam formação especializada para lidar com crianças deficientes. Com base neste fato, procurei saber quais as alternativas que elas utilizavam para se informar e obter conhecimentos sobre o assunto. Isso porque os profissionais têm um novo desafio a cada ano, já que as necessidades se alteram de acordo com a deficiência. Segundo as professoras os livros e orientações com profissionais de saúde são meios bastante utilizados. O uso da internet e de conversas rápidas com os familiares da criança ajudam também a ter mais informações.

É necessário que todos os professores tenham uma informação geral de percurso histórico da inclusão, que se conscientizem de seus sentimentos em relação às pessoas com deficiências e das motivações

destes mesmos sentimentos. Além disso, é fundamental que compreendam o contexto sócio-histórico da proposta de exclusão e, especialmente, o contexto de inclusão, e que tenham um domínio básico de conhecimentos que auxiliem a sua aproximação das pessoas com deficiências, no sentido de interagir com elas. (COLEÇÃO VEREDAS, 2005.p.29)

#### **4-2- A inclusão no cotidiano da UMEI**

Em geral as crianças deficientes na UMEI são atendidas por alguma associação especializada (como por exemplo o Núcleo Assistencial Caminho para Jesus- instituição que oferece apoio às famílias, tratamento médico e atividades pedagógicas às crianças deficientes.), por médicos e/ou especialistas particulares ou que atendem nas instituições do SUS (Sistema único de saúde).

A escola não tem contato com as entidades ou com os médicos e especialistas. Não há nenhum tipo de parceria, sendo esse fato um gerador de angústia e ansiedade no professor, pois é ele que tem que descobrir como agir com esta criança, o que vem a ser o tipo de deficiência daquela criança e como se relacionar com ela.

Seria de fundamental importância que houvesse um trabalho integrado com psicólogos, neurologistas e o próprio posto médico. Atualmente depende de cada professora, como relatou as entrevistadas, a busca para saber mais sobre a criança, e sua deficiência e pesquisar em livros e na internet, buscando esclarecer algumas dúvidas que surgem no caminho, pois cada criança apresenta uma necessidade específica, e as deficiências se apresentam em diferentes níveis. Mantoan (2005) descreve que o papel do professor é ser regente de classe e não especialista em deficiência. Essa responsabilidade é da equipe de atendimento especializado.

Por isso é tão importante essa parceria entre professores e especialistas, para que o educador não se sinta angustiado, aflito e não se veja obrigado a assumir todas as responsabilidades acerca das crianças deficientes sozinho.

Na tentativa de amenizar essa angústia do professor, para cada turma com criança deficiente, a escola solicita uma estagiária à prefeitura, para que haja um melhor desenvolvimento desta criança junto com restante da turma. Cada estagiária pode ficar no máximo com três crianças com deficiência na mesma sala. Esta ajuda é importante,

pois desta forma é possível acompanhar a criança sem prejudicar o desenvolvimento do trabalho do professor, pois geralmente estas crianças não conseguem ficar em uma mesma atividade por muito tempo, necessitando da intervenção da estagiária para que ela possa fazer outro exercício até o restante da turma concluir o trabalho proposto pela professora.

Desta forma, o papel das estagiárias está sendo considerado, na UMEI, como uma auxiliar da professora. Esta é vista como uma pessoa que ajuda a professora no trabalho com a criança deficiente.

A inclusão requer uma mudança das idéias educacionais, reorganizando as práticas escolares: planejamentos, formação de turmas, currículo, avaliação, gestão do processo educativo e uma disposição de educador em trabalhar com esta criança, buscando conhecer as necessidades dela e o que deve ser trabalhado, para que ela possa aprender e se socializar com a turma.

Isso não tem estado claro, ainda, às educadoras e a gestão da escola, que não tem planejamentos específicos, materiais disponíveis para se trabalhar com as crianças deficientes, nem estratégias claras direcionadas à esse trabalho. Tanto que há um consenso entre as entrevistadas que a UMEI não possui nenhum projeto pedagógico focado na educação de crianças deficientes.

A esse respeito percebe-se que:

(...) ensinar é um ato coletivo, no qual o professor disponibiliza a todos os alunos, sem exceção, um mesmo conhecimento. Em vez de adaptar e individualizar/diferenciar o ensino para alguns, a escola comum precisa recriar suas práticas, mudar suas concepções, rever seu papel, sempre reconhecendo e valorizando as diferenças. (CENTRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 1999. p.17)

Nossas crianças, no turno da tarde, possuem paralisia cerebral e uma é cega. Duas dessas crianças possuem paralisia cerebral mais avançada, são cadeirantes, não falam, tem pouco movimento do corpo e usam fraldas. Uma criança tem paralisia cerebral leve, anda e se alimenta sozinha e pronuncia algumas sílabas.

A Educação Infantil especificamente nas UMEI's é uma nova realidade no contexto educacional municipal, já que antes ficava a cargo das escolas particulares

oferecerem o ensino de zero a seis anos. A inclusão de crianças deficientes neste local faz com que a realidade seja ainda mais nova, mas os espaços foram pensados com esse propósito desde o início, possuindo elevadores e rampas.

Cabe às escolas mais do que efetivar a matrícula da criança deficientes no ensino regular, mas envolver, também, o compromisso de oferecer a todas as crianças um ensino de qualidade e isto depende de cada profissional envolvido no meio escolar. A Resolução do Conselho Municipal de Educação (CME/BH) nº01/2000, na seção III, art.4º, relata que:

Educação Infantil norteia-se pelos princípios de igualdade, liberdade, ideais de solidariedade, tendo por finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, afetivo, cognitivo, social, contribuindo para o exercício da cidadania e pautando-se: I- no respeito à dignidade e aos direitos das crianças em suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, éticas, religiosas, sem discriminações. (Belo Horizonte, 2000)

As educadoras reconhecem que nem todos possuem o mesmo ritmo e habilidades para desenvolver as tarefas, mas, no entanto, são as estagiarias que realizam todas as atividades dessa criança, que possui o caderno de aula repleto de atividades feitas por um adulto e o caderno de para casa com atividades feitas pelos pais. As crianças ficam também a margem das brincadeiras, observando tudo que ocorre ao seu redor, sem participar de nada.

Vemos no contexto abaixo a gravidade dessa situação:

O nosso maior engano é generalizar a dotação mental das pessoas com deficiência em um nível sempre muito baixo, carregado de preconceitos sobre a capacidade de, como alunos, progredirem na escola, acompanhando os colegas. Desse engano derivam todas as noções educativas que desconsideram o ato de que cada pessoa é uma pessoa, que tem antecedentes diferentes de formação, experiências de vida e que sempre é capaz de aprender e de exprimir um conhecimento. (CENTRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 1999.p.27 e 28)

As atitudes ocorridas na UMEI vão contra as normas, como a Declaração de

Salamanca que relata:

escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando uma educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência, e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (UNESCO, 1994)

Em relação a essas ações as entrevistadas afirmam que sentem dificuldades em realizar um trabalho adequado com as crianças com necessidades especiais devido a falta de capacitação e formação. Dizem sentirem-se despreparadas e sem orientação específica, sem um acompanhamento por parte da direção, coordenação e das acompanhantes das regionais. Nesse sentido, o Parecer das Diretrizes Curriculares Nacionais afirma que:

Programas de formação continuada dos professores e demais profissionais também integram a lista de requisitos básicos para uma Educação Infantil de qualidade. Tais programas são um direito das professoras e professores no sentido de aprimorar suas práticas e desenvolver a si e a sua identidade profissional no exercício de seu trabalho. Eles devem dar-lhes condições para refletir sobre sua prática docente cotidiana em termos pedagógicos, éticos e políticos, e tomar decisões sobre as melhores formas de mediar a aprendizagem e o desenvolvimento infantil, considerando o coletivo de crianças assim como suas singularidades. (BRASIL, CNE/CEB, 2009)

#### **4-3-Percepção dos pais sobre o processo de inclusão**

Em relação às entrevistas feitas com os pais das crianças deficientes, os entrevistados entendem que a prática da Educação Inclusiva tem sido exercida em nosso meio de maneira satisfatória, ao menos por parte da UMEI, que tem recebido bem as crianças e apoiado as famílias. Afirmam que estar em uma escola de ensino regular tem sido fundamental no desenvolvimento de seus filhos, principalmente no que se refere à socialização.

Os pais não entram no mérito das práticas pedagógicas, mas sentem-se felizes em ver seus filhos se socializando, estando em um mesmo ambiente que todas as outras crianças, podendo se relacionar e aprender com o outro.

A opinião dos pais nos remete ao Referencial Curricular para a Educação Infantil, que relata:

As crianças possuem uma natureza singular, que as caracteriza como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio. Nas interações que estabelecem desde cedo com as pessoas que lhe são próximas e com o meio que as circunda, as crianças revelam seu esforço para compreender o mundo em que vivem, as relações contraditórias que presenciam e, por meio das brincadeiras, explicitam as condições de vida a que estão submetidas e seus anseios e desejos. (BRASIL, 1998)

Os entrevistados demonstraram satisfeitos e confiantes com o trabalho desenvolvidos na UMEI e dizem que a escola tem contribuído para o desenvolvimento motor e sócio-afetivo, a oralidade, e para a integração social das crianças deficientes.

Os pais disseram estar satisfeitos também com a estrutura física da escola, que por ter rampas, elevador e banheiros adequados, atendem as necessidades de seus filhos. Elogiaram o trabalho das educadoras, avaliando o mesmo como excelente e de suma importância na vida das crianças. A satisfação dos pais concorda com a opinião de Eugênia Fávero (2007), que afirma: “Vale lembrar que um estabelecimento de Educação Infantil que se empenhe em ser um espaço adequado para todas as crianças, estimulador do desenvolvimento, será um espaço educacional de maior qualidade.”

Com a fala dos pais percebe-se que o ambiente escolar contribui para o desenvolvimento da criança. Mesmo alheios as práticas pedagógicas, os pais entendem que as crianças recebem atenção, cuidados e carinhos por parte das educadoras, o que gera uma relação de confiança entre famílias-professoras. O fato de a escola ser um local amplo, com infra estrutura adequada (elevadores e rampas)também faz com que os pais sintam-se seguros e confiantes em deixar seus filhos em uma escola regular.

#### **4.4- Possíveis estratégias para aprimorar o trabalho da inclusão na UMEI**

Realizei algumas intervenções, convencendo às estagiárias a deixarem as crianças deficientes a pegarem o giz, exercendo movimentos voluntários, riscassem o papel da forma que elas conseguissem. A princípio as estagiárias sentiram-se ofendidas com a intervenção, mas depois perceberam o quanto estava sendo satisfatório para as crianças realizarem por elas mesmas as atividades.

Uma segunda intervenção foi feita na hora das brincadeiras, na qual eu envolvia as crianças deficientes em tudo que estava sendo feito, como por exemplo, empurrando a cadeira de rodas de uma das crianças atrás das outras na brincadeira de pega-pega. Uma outra atividade envolveu uma criança com paralisia cerebral em uma peça teatral, na qual a mesma fez o papel de sol. Foi um momento lindo, no qual pode-se ver a alegria estampada no rosto dessa criança e a emoção das educadoras ao vê-la entrar em cena vestida de solzinho.

Constatei também que a criança cega adorava colorir, mas como acabava rabiscando a mesa, o que causava impaciência na estagiária. Coloquei, então, um papel grande pregado com durex, envolvendo toda a mesa, desta forma, a criança pode colorir a vontade, livremente.

Após essas intervenções, observei no caderno das crianças deficientes, atividades realizadas por elas próprias, do jeito delas. Percebi também as educadoras e estagiárias mais amáveis e preocupadas com a forma de lidar com essas crianças. Tudo isso demonstra que na escola todos estão compreendendo a razão de se trabalhar com amor e de se colocar no lugar do outro, o que gera novas ações, novos métodos e novas concepções educacionais. Desta forma, aprendemos que:

É importante reiterar o estímulo a uma disposição humanitária, como ponto de partida. Essa disposição inclui encarar o outro como pessoa, como sujeito, que tem direito a escolarização e que procura viver plenamente. (...) Contudo, é essencial que os professores reconheçam sua própria importância no processo de inclusão, pois cabe planejar e programar intervenções pedagógicas que dêem sustentação para o desenvolvimento das crianças. (CENTRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 1999.p. 29-30)

Outro ponto de intervenção realizado foi uma palestra com um consultor na área de Educação Inclusiva. O palestrante nos trouxe novas idéias, levando todas as

educadoras a refletirem a respeito de suas praticas pedagógicas. Ao termino da palestra, todos ficaram muito emocionados e as educadoras perceberam que a partir do momento em que elas passaram a ter carinho pelas crianças deficientes e a aceitar e respeitar limitações de cada uma, elas conseguiram realizar um trabalho excepcional, levando essas crianças a desenvolverem-se.

O palestrante destacou que devemos sonhar e objetivar sempre construir um conhecimento capaz de transformar uma realidade, operando mudanças de forma efetiva considerando as diferenças e as individualidades. Como nos ensina Freire:

Eu agora diria a nós, como educadores e educadoras: ai daqueles e daquelas, entre nós, que pararem com a sua capacidade de sonhar, de inventar a sua coragem de denunciar e de anunciar. Ai daqueles e daquelas que, em lugar de visitar de vez enquanto o amanhã, o futuro, pelo profundo engajamento com o hoje, com o aqui e com o agora, ai daqueles que em lugar desta viagem constante ao amanhã, se atrelem a um passado de exploração e de rotina. (FREIRE, 1982, p.101)

Paulo Freire nos mostra que devemos sair da rotina e buscarmos inovar a prática pedagógica diante ao desafio da inclusão e nos dispormos a colocarmos nossos olhares nas necessidades de nossas crianças, fazendo o possível para as atendermos da melhor maneira. Isso requer que não fiquemos discutindo, culpando o sistema de ensino e em nossos governantes, mas que acreditemos em nossas capacidades de superar os desafios de sermos EDUCADORAS.

## 5-CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como foco investigar o processo da inclusão de crianças deficientes em uma UMEI de Belo Horizonte. O objetivo maior, a partir da atividade de pesquisa foi mobilizar e sensibilizar pais e profissionais da educação, de forma que todos se envolvam e participem do processo de inclusão de crianças deficientes na UMEI. Com esse intuito, foi importante conhecer a opinião dos pais e professores acerca do processo de inclusão e identificar os pontos que necessitam ser trabalhados acerca desse segmento.

Fiz uma pesquisa com o corpo docente e com pais de crianças deficientes da UMEI, do turno da tarde. Observei que a maioria não recebeu nenhum curso de capacitação para trabalhar com essas crianças, e que diante desse fato, sentem receio e despreparados, mas ainda assim, buscam informações e fazem pesquisas na internet e em livros. As educadoras conversam com os familiares, para conhecer melhor cada caso e contam com a ajuda da estagiaria, que, embora não tenha, também, formação na área, ajudam a professora a atuar em uma sala com vinte e quatro crianças, sendo que destas, uma ou duas apresentam algum tipo de deficiência requerendo, portanto, uma atenção maior.

Ao iniciar este trabalho, percebi que as professoras estavam perdidas com esse desafio, sem saber o que fazer, as estagiarias somente ficavam sentadas perto da criança deficiente, sem realizar nenhum trabalho específico com ela, o desânimo tomava conta de todos e as crianças ficavam à deriva, sem receberem uma educação de qualidade, merecida por todos. Percebi também o quanto direção e coordenação estão alheias a esse trabalho, não tendo um olhar especial para os deficientes e, desta forma, não estavam apoiando as professoras.

Com as intervenções, foi possível iniciar um processo de trabalho no qual as educadoras começaram a entender que uma verdadeira equipe deve sempre trabalhar junta e que um bom trabalho de uma determinada educadora depende de todos que estão envolvidos no processo educacional e que a escola é um corpo que deve caminhar em unidade, uns ajudando aos outros.

Apesar de todas as dificuldades e limitações, os pais demonstraram-se satisfeitos e elogiaram muito a escola e as professoras, o que nos mostra que os esforços e a luta de

um trabalho, ainda que isolado, está sendo reconhecido e valorizado pelas famílias.

Ainda há muito a ser feito, pois a inclusão é um desafio a ser enfrentado por todos nós educadores, que não podemos parar diante das dificuldades, temos que buscar todos os recursos necessários, sejam eles pessoais ou governamentais, para que possamos trabalhar com prazer e alegria, buscando o melhor para nossa profissão e para nossas crianças, que são merecedoras .

Com as ações aplicadas, percebi que os professores anseiam por ajuda e por reconhecimento e que com estímulos e intervenções adequadas, podem nascer excelentes profissionais, comprometidos e empenhados com o ensino e com todas as crianças, sejam elas pobres ou ricas, negras ou brancas, deficientes ou não.

Durante o pouco tempo de intervenção, senti que muito mais pode ser feito. Como sugestões principais, aponto: palestras com especialistas para orientarem os pais e professores, mais materiais de apoio disponíveis e reuniões pedagógicas contínuas, nas quais, coletivamente, sejam traçadas metas e desenvolvidos planos de ações pedagógicas destinados ao trabalho direto com as crianças deficientes.

Mas ações internas por si só são insuficientes. O desânimo e despreparo dos professores decorrem da falta de apoio, incentivo e capacitação que deveriam ser oferecidos pela Prefeitura. Contamos com uma política pública que é muito bonita e funciona perfeitamente no papel, mas na realidade, agrega as crianças deficientes nas escolas, sem oferecer aos professores capacitações, informações ou qualquer tipo de apoio profissional.

Após esta pesquisa cheguei à seguinte conclusão: as lutas e dificuldades encontradas, a falta de apoio e de incentivo por parte dos governantes, a falta de informação e capacitação causaram desânimo e insatisfação às educadoras, que vendo-se isoladas nessa batalha, prostraram-se e cruzaram os braços. Com o tempo, pouco a pouco, as professoras pararam de reclamar das circunstâncias, ergueram-se e foram à luta, esforçando-se para o bom desempenho do seu trabalho.

As professoras entenderam que o amor, respeito, carinho, fé e união, (embora pareça uma idéia utópica) formam o eixo norteador para fundamentar qualquer trabalho com crianças, em especial, o trabalho de inclusão.

Esta reação e esta nossa visão das educadoras surtiu efeito e ocasionou grandes mudanças na escola, oferecendo a todos um bom ambiente de trabalho e às crianças, uma educação de qualidade, e está trilhando o início de um caminho exemplar, a ser

seguido no desenvolvimento do trabalho da UMEI. A expectativa é que essa experiência possa ter continuidade e seja aprimorada nos próximos anos, visando sempre o desenvolvimento, o bem-estar e a alegria de nossas crianças.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1-BELO HORIZONTE. Conselho Municipal de Educação. *Resolução nº001/2000*. Belo Horizonte, 2000.
- 2-BENCINI, Roberta.Revista nova escola. Pessoas especiais: reportagens que contam a evolução da Educação Infantil.Nº139, edt.Abril, SP, jan/fev, 2001.
- 3-BIAGGIO, Rita de. Revista Escola. Nº44. São Paulo, Novembro de 2007.
- 4- BOGDAN, R.; e BIKLEN,S. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 1994.
- 5-BRASIL. *Estatuto da criança e do adolescente*. Lei nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990.
- 6- BRASIL. *Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília: nº 248,23/12/1996.
- 7-BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. *Referencial Curricular para a Educação Infantil*. Volumes 1, 2 e 3. Brasília. MEC/SEF, 1998.
- 8-BRASIL.Resolução nº5. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. 17 de Dezembro de 2009.
- 9-CARNEIRO, Rogéria. *Sobre a Integração de Crianças Portadores de Deficiência no Ensino Regular*. Revista Integração. Secretaria de Educação Especial do MEC, 1997.
- 10-CAVALCANTI, Meire. *Revista Nova Escola*, Ed. Especial, nº 11, ed. Abril, SP, out, 2006.
- 11-CENTRO de Educação Especial Sérgio Pacheco de Freitas, Belo Horizonte,1999.
- 12-COLEÇÃO VEREDAS. Formação Superior de Professores. *Guia de Estudo: Educação Inclusiva*. Módulo 7, eletiva 3. Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2005.
- 13-FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. *Direito das pessoas com deficiência:Garantia de igualdade na diversidade*. Rio de Janeiro, 2º edição, ed.WVA, 2007.
- 14-FERREIRA Windz.*Revista Nova Escola*. Ed. Especial, nº 11, ed. Abril, SP, out, 2006.

- 15-FREIRE, Paulo. *Educação: o sonho possível*. In: BRANDÃO, Carlos (org.). O Educador: vida e morte. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- 16-GUIMARÃES, Tânia Mara (org.). *Educação Inclusiva: construindo significados novos para a diversidade*. Belo Horizonte: Secretaria do Estado de Minas Gerais, 2002.
- 17-HEIDRICH, Gustavo. Revista Nova Escola. *Educação Infantil no Brasil: cem anos de espera*. ed. Abril. março de 2010.
- 18-LIMA, P. A. *Educação Inclusiva e Igualdade Social*. São Paulo, ed. Avercamp, 2006.
- 19- LOURENÇO, Érika. *Educação inclusiva: uma contribuição da história da psicologia*. Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, v.20, n.1, p.24-29, 2000.
- 20-MANTOAN Maria Tereza Égler. *Revista Pátio*, Ano II, n° 5, Maio/Julho, 1998, p.49-51, Ed. Abril. SP.
- 21-MANTOAN Maria Tereza Égler. *Revista Nova Escola*, n°182, Maio, 2005. ed. Abril, SP, p.24-26
- 22- MIRANDA, M. J. de (2001). *Educação, deficiência e inclusão no município de Maringá*. Dissertação de Mestrado.
- 23-PEREIRA, Lusia Ribeiro e VIEIRA. *Fazer pesquisa é um problema?* – Belo Horizonte: Editora, 1999.
- 24-PLAISANCE, Eric. *Denominações da Infância: do anormal ao deficiente*. Educação e Sociedade, Campinas, vol. 26 n.91, mai-ago. 2005.
- 25-PORTAL da PBH [WWW.pbh.gov.br](http://WWW.pbh.gov.br) acessado em 26/10/2010
- 26-SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão. Construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro. WVA, 1991.
- 27-UNESCO. *Declaração de Salamanca*. Linha de ação. Brasília: MEC/Corde, 1994.
- 28-VEIGA, Márcia Moreira. *A inclusão de crianças deficientes na Educação Infantil*. *Paidéia*, Belo Horizonte, ano V, n° 4, jan./jun. 2008, p. 169-195.

29-WESTWOOD, Peter. *Commonsense Methods for Children with special Needs: Strategies for the regular classroom*. London, 3ª edição, ed. Routledge, 1998

**Universidade Federal de Minas Gerais**

**Faculdade de Educação**

**Pós Graduação em Docência na Educação Básica**

Belo Horizonte, 12 de março de 2010

Prezado(a) diretor(a)

Solicitamos sua autorização para que o(a) professor(a)

---

aluno(a) do curso de Pós-Graduação lato sensu em Docência na Educação Básica da Faculdade de Educação/UFMG, desenvolva seu projeto de pesquisa nessa instituição, ao longo deste ano.

Esclarecemos que este projeto é orientado por docentes qualificados desta Universidade e consiste em um *plano de ação* relacionado a temáticas do curso e a questões de interesse das escolas da rede municipal de ensino.

Trata-se de um compromisso de retorno a essas escolas, conforme objetivos da parceria entre a FaE/UFMG e a Secretaria Municipal de Educação. Além desse propósito, a consolidação deste projeto constituirá o trabalho final de curso, requisito para a certificação nesta Especialização.

Acrescentamos a esta solicitação um encaminhamento aos pais dos alunos envolvidos no projeto, para que possamos contar com sua adesão e autorização de participação dos filhos em atividades e registros.

Agradecemos por sua colaboração e nos colocamos à disposição para maiores esclarecimentos sobre este curso e os projetos nele desenvolvidos.

Atenciosamente,



*Prof. Maria das Graças de Castro Bregunci*

Coordenadora do curso de Pós-Graduação Lato Sensu

em Docência na Educação Básica (LASEB)

ANEXO A- QUESTIONÁRIO PARA AS EDUCADORAS

1-O que você entende por inclusão?

---

---

---

2-Como a Educação Inclusiva tem sido considerada na UMEI?

---

---

3-Qual é a função das estagiarias na UMEI?

---

---

4-Há na UMEI um projeto pedagógico focado no trabalho com os deficientes?

---

---

5-Quais recursos a prefeitura disponibiliza para a realização desse trabalho?

---

---

6-A prefeitura disponibiliza cursos de capacitação para se trabalhar com crianças deficientes?

---

---

7-Você encontra dificuldades para realizar esse trabalho?Por que?

---

---

## ANEXO B- QUESTIONÁRIO PARA S PAIS

1-a Educação Inclusiva consiste no ato de que todos, negros ou brancos, ricos ou pobres, deficientes ou não deficientes, frequentem o mesmo estabelecimento escolar e tenham a mesma educação, sem discriminações. Você acha que essa prática tem sido exercida em nosso meio?

---

---

2-Estar em uma escola regular, ou seja, aquela que não oferece um ensino especializado e específico, tem contribuído para o desenvolvimento de seu filho (a)? Por que?

---

---

3-Como você avalia o papel da UMEI na vida de seu filho (a)?

---

---

4-Quais desenvolvimentos ele (a) tem apresentado?

---

---

5-As estruturas físicas da UMEI atendem as necessidades de sua criança? Há algo que precisa ser mudado?

---

---

6-Como você avalia o trabalho dos profissionais que trabalham com a educação de seu filho (a)?

---

---